

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

350: PROCURADOR JURÍDICO



CADERNO DE PROVA - LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 Confira se seu CADERNO DE PROVA corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém cinquenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 50.
- 2 Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 3 O CARTÃO-RESPOSTA, que será entregue pelo fiscal durante a prova, é o único documento válido para a correção das questões objetivas expostas neste caderno.
- 4 Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
- 5 No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
- 6 Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
- 7 Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
- 8 A duração total da prova objetiva é de 4 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
- 9 Reserve, no mínimo, os 15 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início da prova e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
- 11 É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
- 12 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
- 13 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA e deixe o local de prova.

INFORMAÇÕES

- **26/06/2016** – Data de aplicação da prova objetiva.
- **27/06/2016** – A partir das 16h (horário de Brasília) – Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

Para uso do Instituto QUADRIX

Chave de Segurança

TIPO 12 N

PRJ350

INSTITUTO
QUADRIX

PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às **questões de 1 a 5**, leia o texto abaixo.

Dentista é preso por bater ponto em posto e ir para clínica particular no RN

Um dentista contratado pela Prefeitura de Pau dos Ferros, na região Oeste do Rio Grande do Norte, foi preso em flagrante. De acordo com o Ministério Público Federal, o profissional batia o ponto no centro municipal de saúde e ia atender em sua clínica particular durante o horário que deveria estar prestando serviço ao Município.

A prisão, efetuada pela Polícia Civil, é fruto de uma representação feita pelo procurador da República Marcos de Jesus ao representante do MP/RN em Pau dos Ferros, o promotor de Justiça Rodrigo Pessoa. Os representantes do Ministério Público acompanharam a polícia na diligência que flagrou o odontólogo atendendo em sua clínica particular, depois de ter batido o ponto no Centro de Saúde Caetano Bezerra do Nascimento.

Inspeções feitas pelo MPF constataram que ele costumava bater o ponto no posto de saúde às 7h e deixava o local por volta das 8h, indo para a clínica particular. Ao final da manhã, entre 12h e 13h, o dentista retornava no posto, batia o ponto que supostamente seria o da saída do turno matutino e ficava no local até aproximadamente 13h40, quando registrava o ponto de entrada do período vespertino e saía novamente para atender os pacientes particulares. Ao final da tarde, o dentista voltava à unidade de saúde pública para registrar sua “saída”. O dentista recebe por 40h semanais do município e mantém, ainda, outro contrato com a mesma jornada de 40h - legalmente incompatível - com a Prefeitura de Luís Gomes.

Médico

A representação encaminhada pelo MPF ao MP/RN inclui também o nome de outro profissional contratado pela Prefeitura de Pau dos Ferros, um médico que deveria trabalhar 20 horas por semana no Centro de Saúde José Edmilson de Holanda.

Além dessa jornada, ele ganha por outras 20 horas a serem cumpridas no posto do bairro Manoel Deodato, porém o profissional permanece apenas 6 horas por semana no local, de segunda a quinta-feira, das 12h às 13h30. O médico não chega, sequer, a registrar as entradas e saídas no relógio de ponto. O médico não foi localizado, mas no entendimento do MPF deverá responder pelo crime de estelionato.

Inspeções

Desde abril o procurador Marcos de Jesus vem promovendo inspeções em postos de saúde de toda a região. Em 2014 o Ministério Público Federal iniciou um trabalho que envolve a assinatura de acordos e o ingresso de ações judiciais para que as prefeituras do Alto Oeste Potiguar adotem sistemas de registro eletrônico de ponto, com o objetivo de controlar a jornada de trabalho de todos os profissionais da saúde.

(g1.globo.com.br. Acesso em Junho/2016.)

QUESTÃO 1

É um exemplo de objeto indireto presente no primeiro parágrafo:

- (A) “pela Prefeitura de Pau dos Ferros”.
- (B) “do Rio Grande do Norte”.
- (C) “no centro municipal de saúde”.
- (D) “serviço”.
- (E) “ao Município”.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa que contenha uma correta transposição para a voz passiva de todos os verbos conjugados da oração “Os representantes do Ministério Público acompanharam a polícia na diligência que flagrou o odontólogo atendendo em sua clínica particular”, sem alterações significativas de sentido.

- (A) A polícia foi acompanhada pelos representantes do Ministério Público na diligência, pela qual o odontólogo foi flagrado atendendo em sua clínica particular.
- (B) A polícia foi acompanhada pelos representantes do Ministério Público na diligência, onde o odontólogo foi flagrado atendendo em sua clínica particular.
- (C) A diligência do Ministério Público foi acompanhada pelos representantes da polícia, que flagrou o odontólogo atendendo em sua clínica particular.
- (D) A polícia foi acompanhada pelo Ministério Público na diligência, que o odontólogo flagrou atendendo em sua clínica particular.
- (E) Os representantes do Ministério Público foram acompanhados até a diligência da polícia, que foi flagrada pelo odontólogo, que atendia em sua clínica particular.

QUESTÃO 3

Releia esta passagem do texto:

“Ao final da manhã, entre 12h e 13h, o dentista retornava no posto.”

A respeito da oração acima, assinale a alternativa correta que a analise com relação à Norma Culta padrão escrita.

- (A) Na oração, existe um problema de concordância verbal.
- (B) Na oração, ocorrem problemas em relação à pontuação.
- (C) Na oração, existe um problema de regência verbal: o verbo “retornar”, no contexto em que aparece, rege a preposição “a”, não “em”.
- (D) Na oração, a palavra “final” classifica-se, morfológicamente, como adjetivo.
- (E) Na oração, “o dentista” exerce função sintática de complemento verbal.

QUESTÃO 4

Observe as duas ocorrências do sinal indicativo de crase listadas a seguir, todas retiradas do texto.

- I. o dentista voltava **à unidade de saúde pública**
 II. de segunda a quinta-feira, **das 12h às 13h30**

Agora, leia as análises e assinale a alternativa totalmente correta.

- (A) Em I e II o sinal indicativo de crase é facultativo.
 (B) O sinal indicativo de crase foi utilizado corretamente nos dois exemplos.
 (C) O sinal indicativo de crase está correto em I, mas deveria ser retirado de II.
 (D) Em I e II o sinal indicativo de crase está incorreto.
 (E) O sinal indicativo de crase é facultativo em I e está incorreto em II.

QUESTÃO 5

Leia novamente a passagem abaixo:

*“Em 2014 o Ministério Público Federal iniciou um trabalho que envolve a assinatura de acordos e o ingresso de ações judiciais para que as prefeituras do Alto Oeste Potiguar **adotem** sistemas de registro eletrônico de ponto, com o objetivo de controlar a jornada de trabalho de todos os profissionais da saúde.”*

Agora, leia as análises e assinale a alternativa totalmente correta.

- (A) A palavra “saúde” não deveria receber acento gráfico.
 (B) A palavra “sistemas”, em “sistemas de registro”, exerce função sintática de adjunto adnominal.
 (C) Há problemas em relação às normas de concordância verbal, já que a forma verbal “envolve” deveria estar flexionada no plural.
 (D) A palavra “que” em “um trabalho que envolve a assinatura de acordos” é pronomo relativo; sintaticamente, exerce função de sujeito.
 (E) O uso da forma destacada no plural se justifica apenas para evitar ambiguidade.

Para responder às **questões de 6 a 10**, leia a tirinha a seguir.

A Vida com Logan



Flavio F. Soares



QUESTÃO 6

As palavras “está” e “dúvida” estão corretamente acentuadas nos quadrinhos. Assinale a alternativa em que as palavras sejam acentuadas, respectivamente, por essas mesmas regras.

- (A) “comitê” e “pânico”.
- (B) “tártaro” e “dúbio”.
- (C) “pátria” e “túnel”.
- (D) “guaraná” e “vírus”.
- (E) “êxito” e “rococó”.

QUESTÃO 7

A palavra “dentinho”, no primeiro balão, é formada por:

- (A) derivação imprópria.
- (B) parassíntese.
- (C) redução.
- (D) derivação prefixal.
- (E) derivação sufixal.

QUESTÃO 8

Em “mas eu ainda tenho uma dúvida”:

- (A) o pronome reto atua como objeto direto, embora esteja anteposto ao verbo e contrariando a regra de que os pronomes oblíquos é que são objetivos.
- (B) o pronome oblíquo atua como sujeito, embora esteja anteposto ao verbo e contrariando a regra de que os pronomes retos é que são subjetivos.
- (C) a palavra “uma” funciona como adjunto adnominal de “dúvida”, que, por sua vez, é núcleo do complemento verbal direto.
- (D) a palavra “uma” funciona como adjunto adnominal de “dúvida”, que, por sua vez, é núcleo do complemento verbal indireto.
- (E) a palavra “uma” funciona como complemento nominal de “dúvida”, que, por sua vez, é núcleo do complemento verbal direto.

QUESTÃO 9

O uso de “Por que”, no início do balão do último quadrinho, está correto, assim como em:

- (A) Você vai extrair meu dente porque?
- (B) Porquê a extração de dentes dos pais ajuda no tratamento dos filhos?
- (C) A extração do dente dos pais deve ser realizada por que ajuda no tratamento dos filhos.
- (D) Quero entender o porquê de a extração de um dente meu ajudar no tratamento dele.
- (E) Por quê é preciso extrair um dente do pai para ajudar no tratamento do filho?

QUESTÃO 10

A respeito do uso da vírgula no balão do último quadrinho, assinale a afirmação correta.

- (A) Seu uso está correto, por separar orações coordenadas entre si.
- (B) Seu uso está incorreto, já que não se devem separar sujeito e predicado por meio do uso de vírgula.
- (C) Seu uso é facultativo, mas deve ser priorizado para manter a clareza.
- (D) Seu uso está correto, por serem orações deslocadas.
- (E) Seu uso é obrigatório, já que a oração subordinada aparece antes da principal.

LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 11**

Considere as afirmativas a seguir.

- I. O especialista, atendendo a paciente encaminhado por cirurgião-dentista, atuará somente na área de sua especialidade requisitada.
- II. É permitido ao profissional intitular-se especialista, ainda que não tenha promovido a inscrição da especialidade no Conselho Regional.
- III. Para fins de diagnóstico e tratamento, o especialista poderá conferenciar com outros profissionais.

Em consonância com o Código de Ética Odontológica, Resolução CFO nº 118/12, é correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 12

Constitui infração ética, de acordo com o Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/12):

- (A) a declinação do tratamento empreendido, na cobrança judicial de honorários profissionais.
- (B) a comunicação ao Conselho Regional e às autoridades sanitárias das condições de trabalho indignas, inseguras e insalubres.
- (C) a negligência do profissional na orientação de seus colaboradores quanto ao sigilo profissional.
- (D) a revelação, pelo profissional, de fato sigiloso ao responsável pelo incapaz.
- (E) a colaboração com a justiça nos casos previstos em lei.

QUESTÃO 13

Segundo a Lei nº 4.324/64, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, e têm por finalidade a supervisão da ética profissional, na respectiva área de abrangência, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.
- (B) O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, mas sem autonomia financeira, tendo por finalidade a supervisão da ética profissional em toda a República, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.
- (C) O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e têm por finalidade a supervisão da ética profissional em toda a República, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.
- (D) Os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, mas sem autonomia financeira, tendo por finalidade a supervisão da ética profissional em toda a República, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.
- (E) Os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, sem autonomia administrativa ou financeira, tendo por finalidade a supervisão da ética profissional na respectiva área de abrangência, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

QUESTÃO 14

Considerando as Resoluções CFO nº 145/14 e 146/14, analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Federal de Odontologia permite o uso do ácido hialurônico em procedimentos odontológicos, com reconhecida comprovação científica.
- (B) O Conselho Federal de Odontologia proíbe o uso da toxina botulínica, para fins exclusivamente estéticos, bem como para fins de uso terapêutico, em procedimentos odontológicos.
- (C) O Conselho Federal de Odontologia proíbe o uso do ácido hialurônico, para fins exclusivamente estéticos, bem como para fins de uso terapêutico, em procedimentos odontológicos.
- (D) O Conselho Federal de Odontologia proíbe o uso da toxina botulínica, bem como o de ácido hialurônico para fins exclusivamente estéticos, bem como para uso terapêutico em procedimentos odontológicos.
- (E) O Conselho Federal de Odontologia proíbe o uso do ácido hialurônico em procedimentos odontológicos até que se tenham melhores comprovações científicas e reconhecimento de sua utilização na área odontológica.

QUESTÃO 15

As penas aplicáveis às infrações éticas, tal como disposto no Código de Processo Ético Odontológico (Resolução CFO nº 59/2004) e no Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/12), são:

- (A) advertência pública; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias; e cassação do exercício profissional pelo Conselho Federal.
- (B) advertência confidencial; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias; e cassação do exercício profissional pelo Conselho Federal.
- (C) advertência confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 90 (noventa) dias; e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.
- (D) censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 90 (noventa) dias; e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.
- (E) advertência confidencial, em aviso reservado; censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias; e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.

QUESTÃO 16

Considere as seguintes assertivas:

- I. É vedado ao cirurgião-dentista o uso da via cervical infra-hióidea, por fugir ao domínio de sua área de atuação, bem como a prática de cirurgia estética, ressalvadas as estético-funcionais do aparelho mastigatório.
- II. Em lesões de área comum à Odontologia e à Medicina e quando a equipe for composta por cirurgião-dentista e médico-cirurgião, o tratamento deverá ser realizado em forma conjunta ficando a chefia da equipe a cargo do médico-cirurgião responsável.
- III. É da competência exclusiva do médico o tratamento de neoplasias malignas, neoplasias das glândulas salivares maiores (parótida, sublingual, submandibular), o acesso da via cervical infra-hióidea, bem como a prática de cirurgias estéticas, ressalvadas as estético-funcionais do sistema estomatognático que são da competência do cirurgião-dentista.

De acordo com a Resolução CFO nº 63/2005, é correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa que contraria o disposto pela Resolução CFO nº 20/2001.

- (A) O cirurgião-dentista, na função de auditor e/ou perito, obriga-se a manter o sigilo profissional, devendo, sempre que necessário, comunicar, através de relatório, a quem de direito e por escrito suas observações, conclusões e recomendações, sendo-lhe vedado realizar anotações no prontuário do paciente.
- (B) É vedado ao cirurgião-dentista, na função de auditor e/ou perito, divulgar suas observações, conclusões ou recomendações, exceto por justa causa, conforme previsto no Código de Ética Odontológica, ou dever legal.
- (C) O cirurgião-dentista, na função de auditor e/ou perito, não pode, em seu relatório, exagerar ou omitir fatos decorrentes do exercício de suas funções.
- (D) Poderá o cirurgião-dentista, na função de auditor, solicitar por escrito, ao cirurgião-dentista assistente, os esclarecimentos necessários ao exercício de suas atividades.
- (E) O cirurgião-dentista, no exercício de auditoria ou perícia, deverá estar regularmente inscrito no Conselho Federal de Odontologia, sendo desnecessária a comunicação ao CRO, da jurisdição onde ocorrer a prestação do serviço, seu exercício quando eventual.

QUESTÃO 18

Em consonância com a Resolução CFO nº 63/2005, é atividade privativa do cirurgião-dentista, dentre outras:

- (A) ser responsável pelo treinamento de auxiliares e serventes do laboratório de prótese odontológica.
- (B) proceder à perícia odontolegal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa.
- (C) realizar isolamento do campo operatório.
- (D) executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho.
- (E) registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa incorreta, sob o prisma da Resolução CFO nº 63/2005.

- (A) Odontogeriatrics é a especialidade que se concentra no estudo dos fenômenos decorrentes do envelhecimento que também têm repercussão na boca e suas estruturas associadas, bem como na promoção da saúde, no diagnóstico, na prevenção e no tratamento de enfermidades bucais e do sistema estomatognático do idoso.
- (B) Estomatologia é a especialidade da Odontologia que tem como objetivo a prevenção, o diagnóstico, o prognóstico e o tratamento das doenças próprias do complexo maxilo-mandibular, das manifestações bucais de doenças sistêmicas e das repercussões bucais do tratamento antineoplásico.
- (C) Implantodontia é a especialidade que tem como objetivo a implantação na mandíbula e na maxila, de materiais aloplásticos destinados a suportar próteses unitárias, parciais ou removíveis e próteses totais.
- (D) Endodontia é a especialidade que tem como objetivo o estudo dos aspectos histopatológicos das alterações do complexo buco-maxilo-facial e estruturas anexas, visando ao diagnóstico final e ao prognóstico dessas alterações, por meio de recursos técnicos e laboratoriais.
- (E) Periodontia é a especialidade que tem como objetivo o estudo dos tecidos de suporte e circundantes dos dentes e seus substitutos, o diagnóstico, a prevenção, o tratamento das alterações nesses tecidos e das manifestações das condições sistêmicas no periodonto, e a terapia de manutenção para o controle da saúde.

QUESTÃO 20

De acordo com a Resolução CFO nº 118/12, Código de Ética Odontológica, constituem deveres fundamentais dos inscritos, exceto:

- (A) resguardar sempre a privacidade do paciente.
- (B) manter atualizados os conhecimentos profissionais, técnico-científicos e culturais, necessários ao pleno desempenho do exercício profissional.
- (C) não manter vínculo com entidade, empresas ou outros desígnios que os caracterizem como empregado, credenciado ou cooperado quando as mesmas se encontrarem em situação ilegal, irregular ou inidônea.
- (D) manter regularizadas suas obrigações fiscais e cadastrais diretamente junto ao Conselho Federal de Odontologia.
- (E) apontar falhas nos regulamentos e nas normas das instituições em que trabalhe, quando as julgar indignas para o exercício da profissão ou prejudiciais ao paciente, devendo dirigir-se, nesses casos, aos órgãos competentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

Considerando a tradicional classificação das normas constitucionais, preponderantemente a teoria de José Afonso da Silva, analise as afirmativas a seguir.

- I. Normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, pois somente incidem sobre determinado interesse após uma normatividade ulterior.
- II. Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos à determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público.
- III. Os remédios constitucionais são exemplos de normas constitucionais de eficácia limitada.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II, somente.
- (E) III, somente.

QUESTÃO 22

No campo do Direito Constitucional, no capítulo referente ao Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa correta quanto ao que a doutrina e jurisprudência tem entendido.

- (A) O controle concentrado de constitucionalidade, também conhecido como controle por via de ação, caracteriza-se pela permissão a todo e qualquer juiz ou tribunal de realizar no caso concreto a análise sobre a compatibilidade do ordenamento jurídico com a Constituição.
- (B) O Presidente da República poderá vetar o projeto de emenda constitucional aprovado pelo Congresso Nacional, realizando verdadeiro controle preventivo de constitucionalidade.
- (C) O Congresso Nacional pode rejeitar medida provisória, com base em inconstitucionalidade apontada no parecer da comissão temporária mista, exercendo, assim, controle preventivo de constitucionalidade.
- (D) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a medida provisória pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, pois trata-se de ato normativo perfeito e acabado, apesar do caráter temporário.
- (E) A inobservância das normas constitucionais de processo legislativo tem como consequência a inconstitucionalidade formal da lei ou do ato normativo produzido, possibilitando controle repressivo de constitucionalidade pelo Poder Judiciário, neste caso, apenas pelo método concentrado.

QUESTÃO 23

Considere a proposição I e a razão II a seguir.

- I. Um projeto de lei complementar aprovado por maioria simples na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sancionado, promulgado e publicado, apresenta vício formal objetivo de Inconstitucionalidade.

PORQUE

- II. Nos termos da Constituição Federal, as leis complementares devem ser aprovadas por maioria qualificada de 3/5.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.
- (B) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
- (C) A proposição e a razão são falsas.
- (D) A proposição e a razão são verdadeiras e a razão justifica a proposição.
- (E) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

QUESTÃO 24

Considerando o procedimento previsto na Constituição Federal para alteração das normas constitucionais, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O legislador constituinte de 1988 consignou a possibilidade de alteração das normas constitucionais, estabelecendo um processo legislativo especial e mais dificultoso que o ordinário. Ele o fez com os olhos voltados para a ideia de supremacia da ordem constitucional.
- (B) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a proposta tendente a abolir direitos e garantias individuais não pode ser objeto de deliberação. A aludida determinação constitucional, como não se refere apenas ao rol do artigo 5º, resguarda um conjunto mais amplo de direitos constitucionais de caráter individual.
- (C) Atualmente, para limitar direitos inerentes ao exercício da democracia representativa, necessária seria a edição de emenda constitucional revogando um dos incisos do § 4º, do artigo 60 da Constituição Federal (dispositivo constitucional que estabelece *cláusulas pétreas*).
- (D) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- (E) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

QUESTÃO 25

[...] conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

(Constituição Federal de 1988)

Considerando o texto constitucional acima indicado, bem como as considerações doutrinárias sobre o aludido remédio constitucional, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O mandado de segurança poderá ser repressivo de uma ilegalidade já cometida; ou preventivo, quando o impetrante demonstrar justo receio de sofrer uma violação de direito líquido e certo por parte da autoridade impetrada.
- (B) O particular não está obrigado a exaurir a via administrativa para utilizar-se do mandado de segurança, afinal o Judiciário não pode se furtar do exame de qualquer lesão de direito.
- (C) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- (D) De acordo com a doutrina majoritária, e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o mandado de segurança observa prazo decadencial de 120 dias, contados a partir da data em que o interessado tiver conhecimento do ato a ser impugnado.

- (E) Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança.

QUESTÃO 26

[...] Tudo indica, portanto, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sem sombra de dúvidas, tem de ser revisitada criticamente. [...] assim, a premente necessidade de se dar efetividade à proteção dos direitos humanos nos planos interno e internacional torna imperiosa uma mudança de posição quanto ao papel dos tratados internacionais sobre direitos na ordem jurídica nacional.

(Supremo Tribunal Federal, RE 466.343)

Considerando o texto acima indicado, bem como o posicionamento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal sobre os tratados internacionais de Direitos Humanos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Todos os tratados internacionais de direitos humanos, independentemente do *quórum* de aprovação, são materialmente e formalmente constitucionais e integram o bloco de constitucionalidade.
- II. Os tratados internacionais sobre direitos humanos ratificados anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004 têm hierarquia infraconstitucional, mas supralegal.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos, aprovados nas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, são equivalentes à emenda constitucional.
- IV. Os tratados internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil antes da Emenda Constitucional apresentam a mesma hierarquia de lei federal.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, somente.
- (B) I e IV, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) III, somente.
- (E) II, somente.

QUESTÃO 27

A Emenda Constitucional nº 32/2001 estabeleceu regras de processo legislativo, visando diminuir a excessiva discricionariedade na edição de medidas provisórias, prevendo uma série de limitações materiais, bem como a impossibilidade de reedições sucessivas. Com relação ao tema, considerando o procedimento legislativo especial das medidas provisórias, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma vez editada, a medida provisória permanecerá em vigor pelo prazo de 45 dias (prorrogável uma única vez por mais 45 dias) e será submetida, imediatamente, ao Poder Legislativo, para apreciação.
- (B) Nos termos da Constituição Federal, a medida provisória, uma vez submetida ao Poder Legislativo, será apreciada pelo Congresso Nacional em sessão conjunta.
- (C) De acordo com a doutrina constitucional, não cabe ao Parlamento apresentar emendas às medidas provisórias, durante o processo de votação. Alterações nesse sentido representariam interferência do Congresso em matéria legislativa de iniciativa do Presidente da República.
- (D) Uma vez rejeitada expressamente pelo Legislativo, a medida provisória perderá seus efeitos retroativamente, cabendo ao Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes, no prazo de 60 dias.
- (E) A medida provisória convertida em lei não tem o condão de revogar legislação anterior que versava a mesma matéria.

QUESTÃO 28

Com relação aos princípios administrativos expressos na Constituição Federal de 1988, bem como os princípios reconhecidos pelos publicistas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O administrador público, além de averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, deve distinguir o que é honesto do que é desonesto.
- (B) Um dos objetivos do princípio da eficiência é reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- (C) De acordo com a doutrina, a ação popular, prevista na Constituição Federal de 1988, apresenta-se como um dos instrumentos de proteção à moralidade administrativa.
- (D) As empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas não estão sujeitas ao princípio da publicidade.
- (E) Todas as pessoas administrativas devem submeter-se ao princípio da publicidade, quer as que constituem as próprias pessoas estatais, quer aquelas outras que, mesmo sendo privadas, integram o quadro da Administração Pública.

QUESTÃO 29

Sobre as entidades da Administração Pública indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por lei para exploração de atividade econômica, ou atividades típicas da administração pública.
- (B) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei para exploração de atividade econômica.
- (C) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica da Administração Pública.
- (D) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica do Estado.
- (E) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, sob a forma de sociedade anônima, para exploração de atividade econômica.

QUESTÃO 30

O Conselho Federal de Odontologia e os Conselhos Regionais de Odontologia são autarquias caracterizadas por apresentarem:

- (A) capital inteiramente privado.
- (B) atividade típica da Administração Pública.
- (C) personalidade jurídica de direito privado.
- (D) forma de sociedade anônima.
- (E) exploração de atividade econômica.

QUESTÃO 31

No campo do Direito Administrativo, no capítulo referente à revogação do ato administrativo, assinale a alternativa correta quanto ao que a doutrina e jurisprudência tem entendido.

- (A) Opera-se a revogação do ato administrativo por ocasião do advento de nova legislação que impede a permanência da situação anteriormente consentida.
- (B) De acordo com a doutrina majoritária, para se processar a revogação do ato é imprescindível a presença do vício da legalidade.
- (C) Um ato de licença para exercer profissão regulamentada em lei, por exemplo, pode ser retirado do mundo jurídico, por razões de conveniência e oportunidade, notadamente através da revogação.
- (D) Os denominados meros atos administrativos, como pareceres, certidões e atestados, também são suscetíveis de revogação.
- (E) Como a revogação produz efeitos *ex nunc*, os efeitos produzidos pelo ato revogado devem ser inteiramente respeitados.

QUESTÃO 32

Considere a proposição I e a razão II a seguir.

- I. Ao contrário da invalidação, que pode ser efetivada pelo Judiciário ou pela própria Administração no exercício de sua prerrogativa de autotutela, a revogação do ato administrativo só pode ser processada pela Administração.

PORQUE

- II. Nos termos da doutrina, é vedado ao Judiciário apreciar os critérios de conveniência e oportunidade administrativa.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.
(B) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
(C) A proposição e a razão são falsas.
(D) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.
(E) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

QUESTÃO 33

Sobre a responsabilidade civil do poder público, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva, baseada no risco administrativo.
(B) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
(C) A responsabilidade civil do Estado e a responsabilidade criminal dos agentes públicos estão intimamente ligadas. Assim, a absolvição do servidor no juízo criminal afasta a responsabilidade civil do Estado.
(D) A responsabilidade civil do Estado, embora objetiva, pode ser afastada no caso de força maior, caso fortuito ou culpa exclusiva da vítima.
(E) Em caso de culpa exclusiva da vítima, a responsabilidade civil do Estado será excluída. Em caso de culpa concorrente, entretanto, a responsabilidade será mitigada, e os prejuízos serão compartilhados.

QUESTÃO 34

Não obstante a previsão constitucional de processo licitatório para contratação de serviços, há situações em que a licitação é inexigível, a saber:

- (A) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preço ou normalizar o abastecimento.
(B) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

- (C) para aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou de entidade.
(D) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
(E) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

QUESTÃO 35

[...] é uma pessoa jurídica “de tipo especial, pois não se forma pela associação de pessoas físicas; nem é obra de um conjunto de vontades, mas, de uma só”, ou seja, é criada pela atribuição de personalidade ao conjunto de bens destinados à realização de certo fim, socialmente útil.

(Orlando Gomes, apud Gustavo Tepedino et al. *Código Civil Interpretado*)

Considerando o texto acima indicado, bem como as disposições do artigo 44 do Código Civil, assinale a alternativa que indique a modalidade de pessoa jurídica mencionada pelo autor.

- (A) Associações.
(B) Fundações.
(C) Sociedades.
(D) Organizações religiosas.
(E) Partidos políticos.

QUESTÃO 36

Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, não havendo estipulação de prazo, a lei entra em vigor:

- (A) 45 dias após sua publicação.
(B) 45 dias após aprovação do projeto de lei no Senado.
(C) 90 dias após sua publicação.
(D) 1 ano após sua publicação.
(E) no dia de sua publicação.

QUESTÃO 37

No campo do Direito Civil, no capítulo referente à prescrição e decadência, assinale a alternativa correta quanto ao que a doutrina e jurisprudência tem entendido.

- (A) Os prazos de prescrição, previstos no artigo 206 do Código Civil, podem ser alterados por acordo das partes.
(B) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a prescrição deve ser alegada em preliminar de contestação, sob pena de preclusão temporal.
(C) Via de regra, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
(D) A citação só interrompe a prescrição, ou a decadência, quando ordenada por juiz competente.
(E) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.

QUESTÃO 38

Nos termos do artigo 487 do Código de Processo Civil de 2015, haverá resolução de mérito quando o juiz:

- (A) pronunciar a decadência ou a prescrição.
- (B) homologar a desistência da ação.
- (C) reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.
- (D) verificar a ausência de legitimidade ou interesse processual.
- (E) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.

QUESTÃO 39

Considerando as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil de 2015 sobre a intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta.

- (A) Pendendo causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado no resultado da sentença poderá intervir no processo, através do instituto nominado pela doutrina de *amicus curiae*.
- (B) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica deve ser instaurado até a apresentação da contestação, sob pena de preclusão temporal.
- (C) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- (D) É admissível nomeação a autoria, promovida por qualquer das partes, àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que for vencido no processo.
- (E) Com relação ao chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 15 dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

QUESTÃO 40

Com relação à tutela provisória, considerando o disposto no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- (B) Nos termos do Código de Processo Civil, em todos os casos, a tutela provisória perde sua eficácia durante o período de suspensão do processo.
- (C) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- (D) Para concessão da tutela de urgência, o juiz pode exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.
- (E) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

QUESTÃO 41

Com relação à resposta do réu, bem como às regras do Código de Processo Civil de 2015, analise as afirmativas a seguir.

- I. No procedimento comum, a contestação é escrita e deve ser assinada por quem tenha capacidade postulatória – advogado, membro do Ministério Público ou defensor público.
- II. O prazo para a apresentação da contestação é de 15 dias. Se o réu for Ministério Público, ente público ou réu representado judicialmente por defensor público, o prazo é de 30 dias.
- III. O termo inicial do prazo para apresentação de contestação é a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou do protocolo do pedido de cancelamento da audiência.
- IV. Em caso de litisconsórcio, considerando possibilidade de cancelamento da audiência preliminar de conciliação, o termo inicial para apresentação da contestação será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 42

Considerando as normas constantes do Código Civil sobre as obrigações de fazer e não fazer, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Com relação às obrigações de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível, o devedor responderá por perdas e danos, independentemente de culpa.
- (B) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- (C) Praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, o credor pode exigir dele que o desfaça, sob pena de se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado perdas e danos.
- (D) Se o fato puder ser executado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste.
- (E) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

QUESTÃO 43

Considerando as regras constitucionais de imunidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O direito à imunidade tributária é uma garantia fundamental constitucionalmente assegurada ao contribuinte, que nenhuma lei pode anular.
- II. Os templos de qualquer culto são imunes à tributação por meio de impostos. Essa imunidade representa a extensão do direito fundamental à liberdade de consciência e de crença, consagrado no artigo 5º da Constituição Federal.
- III. A imunidade prevista no artigo 150, inciso VI, “d”, da Constituição Federal (livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão), não abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 44

[...] estamos confirmando, destarte, que a norma constitucional [...] além de criar um limite explícito às discriminações arbitrárias de contribuições, reforça o direito de propriedade. Assim, por exemplo, em função dela, nenhuma pessoa, física ou jurídica, pode ser tributada por fatos que estão fora da regra matriz constitucional do tributo que lhe está sendo exigido, porque isto faz perigar o direito de propriedade.

(Roque Antonio Carrazza, *Curso de Direito Constitucional Tributário*)

Considerando o texto acima indicado, bem como os princípios constitucionais em matéria tributária, assinale a alternativa que indica o princípio comentado pelo autor.

- (A) Princípio da anterioridade.
- (B) Princípio da irretroatividade.
- (C) Princípio do não confisco.
- (D) Princípio da legalidade.
- (E) Princípio da anualidade orçamentária, influenciando nos impostos periódicos.

QUESTÃO 45

Considere a proposição I e a razão II a seguir.

- I. De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador.

PORQUE

- II. O princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.
- (B) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
- (C) A proposição e a razão são falsas.
- (D) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.
- (E) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

QUESTÃO 46

Com relação à interrupção e suspensão do contrato de trabalho, assinale a alternativa que não está correta.

- (A) A maioria da doutrina esclarece que na suspensão do contrato de trabalho o empregador não deve pagar salários, nem contar o tempo de serviço do empregado que está afastado.
- (B) Segundo doutrina majoritária, na interrupção, há necessidade do pagamento dos salários no afastamento do trabalhador e, também, a contagem do tempo de serviço.
- (C) Quando o empregado se afasta em razão de ter sido incorporado ao serviço militar, não há pagamento de salário pelo empregador. Configura-se, portanto, hipótese de suspensão dos efeitos do contrato de trabalho.
- (D) Como no repouso semanal remunerado o empregador é obrigado a pagar salário e contar o tempo de serviço do empregado, configura-se hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
- (E) A licença remunerada seria uma hipótese típica de interrupção dos efeitos do contrato de trabalho, pois o empregador terá de pagar salários e computar tempo de serviço, muito embora não haja prestação de serviço pelo empregado.

QUESTÃO 47

No campo do Direito do Trabalho, presume-se que o contrato de trabalho terá validade por tempo indeterminado, em razão do:

- (A) Princípio da irrenunciabilidade de direitos.
- (B) Princípio da continuidade da relação de emprego.
- (C) Princípio da proteção.
- (D) Princípio da primazia da realidade.
- (E) Princípio da boa-fé.

QUESTÃO 48

No campo do Direito Penal, no capítulo referente aos crimes contra a saúde pública, assinale a alternativa correta quanto ao que a doutrina e jurisprudência tem entendido.

- (A) Pratica crime contra a saúde pública aquele que causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos.
- (B) Os crimes contra a saúde pública são puníveis somente na modalidade dolosa.
- (C) Aquele que inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível pratica crime de curandeirismo.
- (D) Alterar substância ou produto alimentício destinado a consumo, configura crime contra a saúde pública. Nesse caso, porém, aquele que vende o produto adulterado não incorre nas mesmas penas.
- (E) Aquele que fornecer substância medicinal em desacordo com a receita médica pratica crime de charlatanismo.

QUESTÃO 49

Nos termos do Código Penal, nos casos de peculato na modalidade culposa, a reparação do dano pode configurar hipótese de:

- (A) Extinção da tipicidade.
- (B) Extinção da punibilidade.
- (C) Excludente de culpabilidade.
- (D) Excludente de ilicitude.
- (E) Excludente de responsabilidade.

QUESTÃO 50

Analise as afirmativas a seguir, relacionadas aos efeitos da condenação penal.

- I. Além de seus efeitos penais, a sentença proferida em processo criminal pode gerar outros efeitos, a exemplo de tornar certa a obrigação de reparar o dano causado pelo crime, ou mesmo fazer com que o condenado venha a perder eventual função pública.
- II. A sentença penal condenatória com trânsito em julgado evidencia, quando possível, o dano causado pelo agente mediante a prática de sua conduta típica, e gera para a vítima um título executivo judicial.
- III. Um dos efeitos da condenação penal é a perda, em favor da União, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.
- IV. Se alguém, dolosamente, utilizar seu automóvel para causar lesão na vítima, um dos efeitos da condenação penal será a perda do veículo em favor da União.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) I, III e IV, somente.

RASCUNHO

RASCUNHO
